

FASUL EDUCACIONAL

(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA EXECUTIVO EM CONTABILIDADE PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MBA EXECUTIVO EM CONTABILIDADE PÚBLICA

DISCIPLINA:
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
RESUMO
A contabilidade tem a potencialidade de gerar informações para os mais variados usuários e setores da economia. Nas entidades classificadas como de direito público, essa realidade não poderia ser diferente. Os dados gerados pela contabilidade, por exemplo, são responsáveis por evidenciar a quantidade de gasto do governo; áreas que estão consumindo maiores recursos; arrecadação pública; tributos que têm maior representatividade nas receitas públicas; dentre outras informações imprescindíveis para a gestão e o controle público. Todo esse conteúdo é evidenciado pela área da contabilidade chamada contabilidade aplicada ao setor público, que possui algumas especificidades, aderentes às necessidades do setor público. Falaremos sobre a designação dessa área no decorrer desta aula. Não obstante, na área pública também existe uma preocupação relacionada à despesa e receita pública. Como, então, o governo autoriza e processa esses dispêndios e entradas de recursos? A propósito, esse registro é pelo regime de caixa ou de competência? No decorrer da aula, tentaremos trazer informações que irão auxiliá-lo a sanar essas e outras dúvidas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS ORÇAMENTO PÚBLICO CRÉDITOS ADICIONAIS SUBSISTEMAS DE INFORMAÇÃO REGIME DE CAIXA VERSUS COMPETÊNCIA AULA 2 CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES ESTÁGIO DA DESPESA RESTOS A PAGAR DESPESA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES LANÇAMENTO CONTÁBIL AULA 3 CONCEITOS CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA ESTÁGIO DA RECEITA RECEITA E LRF LANÇAMENTO CONTÁBIL AULA 4 PLANO DE CONTAS E LANÇAMENTOS BÁSICOS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO BALANÇO FINANCEIRO BALANÇO PATRIMONIAL DEMAIS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

AULA 5

BASE DE MENSURAÇÃO
AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO
REAVLIAÇÃO
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS

AULA 6

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)
EMPRÉSTIMOS E A LRF
LIMITES ESTABELECIDOS PELA LRF PARA OS GASTOS PÚBLICOS
ACCOUNTABILITY NO SETOR PÚBLICO
CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, I.; ARRUDA, D. Contabilidade Pública da Teoria a Prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- BRASIL. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília. Lei n. 4320, de 17 de março de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm.
- GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E. Manual de Contabilidade Societária. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DISCIPLINA:
ECONÔMIA E POLÍTICA

RESUMO

Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FUNÇÕES DO ESTADO
CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO
REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL
ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL
CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO
NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?

AULA 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
LICITAÇÕES

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO
ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS

AULA 5

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
DO PLANEJAMENTO
DA DESPESA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DA RECEITA PÚBLICA

AULA 6

INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS PÚBLICOS
SOBRE AS RECEITAS
SOBRE AS DESPESAS
SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIAS

- OLIVEIRA, F. J. A responsabilidade civil das empresas estatais. Jota, 20 set. 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-dojusten/a-responsabilidade-civil-das-empresas-estatais-22092017>.
- DUTRA, B. Justiça libera antecipação de receita dos royalties para Estado pagar 13º de 2017. Extra, 18 abr. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/justica-libera-antecipacao-dereceita-dos-royalties-para-estado-pagar-13-de-2017-22606584.html>.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

DISCIPLINA:

TEORIA AVANÇADA DA CONTABILIDADE

RESUMO

O objetivo desta disciplina é introduzi-los no mundo teórico da contabilidade em seus aspectos mais avançados, o que tem sido discutido extensivamente pela academia contábil. Portanto, ela é fundamental para a formação do contador e para o desenvolvimento da própria contabilidade, que é uma ciência social aplicada e necessita que seus desenvolvimentos do corpo de conhecimento teórico sejam disseminados e aplicados na prática profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

TEORIA CONTRATUAL DA FIRMA
TEORIA DA AGÊNCIA
CONFLITOS DA AGÊNCIA

CUSTOS DA AGÊNCIA
TEORIA DA AGÊNCIA E A CONTABILIDADE

AULA 2

PESQUISA NORMATIVA
PESQUISA CONTÁBIL
TEORIA DAS ESCOLHAS CONTÁBEIS
ACCRUALS
INCOME SMOOTHING, BIG BATH ACCOUNTING E WINDOW DRESSING

AULA 3

TEORIA DOS STAKEHOLDERS
TEORIA DA LEGITIMIDADE
DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
MOTIVAÇÕES PARA A DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
TENDÊNCIAS DA PESQUISA CONTÁBIL NO BRASIL

AULA 4

ASPECTOS CONCEITUAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA
ESTRUTURAS DE PODER E AS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
ÓRGÃOS DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES
LEI SARBANES-OXLEY (SOX)

AULA 5

LUCRO E PREÇO DAS AÇÕES
RESPOSTA DO MERCADO À INFORMAÇÃO CONTÁBIL
IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA O MERCADO
COMPORTAMENTO DA RELAÇÃO LUCRO E RETORNO AO LONGO DO TEMPO
COMPARAÇÃO ENTRE A RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS INFORMATIVOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS

AULA 6

CARACTERIZAÇÃO DE RECEITAS, DESPESAS, GANHOS E PERDAS
CPC 47: MENSURAÇÃO
CPC 47: RECONHECIMENTO
CPC 47: CUSTOS DO CONTRATO
CPC 02: ITENS MONETÁRIOS

BIBLIOGRAFIAS

- NIYAMA, J. K. Teoria avançada da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2014.
- BOAVENTURA, J. M. G. et al. Teoria dos stakeholders e Teoria da firma: um estudo sobre a hierarquização das funções-objetivo em empresas brasileiras. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 11, n. 32, p. 289-307, 2009.
- IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. Teoria avançada da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2004.

DISCIPLINA:

FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO
RESUMO
Caro aluno, nesta disciplina vamos apresentar assuntos interessantes que impactam a nossa vida. Você é nosso convidado para refletir sobre temas que dizem respeito à gestão das finanças públicas. Vamos lá? Começamos com uma pergunta: quando começa a nossa relação com o setor público? Bem, o setor público está associado à prestação de serviços pelo Estado, aos cidadãos de um país. Desde o momento em que acordamos, nos relacionamos com diversos serviços prestados pelo Estado, de forma direta ou indireta: ao acordar, ligamos o interruptor para iluminar a casa, vamos tomar banho, escovar os dentes, fazer e tomar café da manhã e nos preparamos para sair (para o trabalho ou para os estudos). Depois, pegamos o transporte público ou nosso veículo próprio e chegamos ao nosso destino matinal. Consegue perceber quando começa a nossa relação com o setor público?
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FINANÇAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E TEORIA ESPÉCIES DE ORÇAMENTOS FUNÇÕES DO GOVERNO FONTE NORMATIVA DO DIREITO FINANCEIRO BRASILEIRO AULA 2 NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO BRASILEIRO CICLO ORÇAMENTÁRIO PLANO PLURIANUAL (PPA) LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) AULA 3 PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS EXPLÍCITOS NA LEI N. 4.320/1964 PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO E DA DISCRIMINAÇÃO PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DAS DESPESAS OUTROS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS AULA 4 HISTÓRICO E OBJETIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS E IMPLANTAÇÃO DA LEI) PRINCÍPIOS DA LRF LICITAÇÕES PÚBLICAS CONCEITOS, OBRIGATORIEDADE MODALIDADES DE LICITAÇÕES PÚBLICAS LICITAÇÃO DISPENSADA E LICITAÇÃO DISPENSÁVEL AULA 5 CRIMES DE RESPONSABILIDADE E CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO GESTÃO DE RISCOS COMPLIANCE (PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO GOVERNO FEDERAL) PERSPECTIVAS FUTURAS NA ÁREA DE CONTROLE (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL,

BIG DATA, INTERNET DAS COISAS ETC.)

AULA 6

AUDITORIA GOVERNAMENTAL (FINALIDADE, OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA):

NBASP 100 – CORRESPONDENTE À ISSAI 100

AUDITORIA GOVERNAMENTAL: NBASP NÍVEIS 1, 2 E 3

NBASP 3000 – NORMA PARA AUDITORIA OPERACIONAL; NBASP 300 – ISSAI 300

NBASP 4000 – NORMA PARA AUDITORIA DE CONFORMIDADE

NBASP 200 – ISSAI 200 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Glossário de Termos. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>.
- PALUDO, A. Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.

DISCIPLINA:

ESTATÍSTICA APLICADA ÀS ANÁLISES CONTÁBEIS

RESUMO

A estatística está presente no nosso cotidiano, e muitas vezes, sem perceber, recorremos a ela para tomar decisões, mas o que é estatística e onde podemos utilizá-la? Como ela pode auxiliar na tomada de decisão dentro e fora de uma organização? Nesta disciplina estudaremos os principais conceitos da estatística, os diferentes tipos de variáveis, como elaborar uma distribuição de frequência e uma distribuição de frequência por classe, além de conhecer os tipos de gráficos utilizados na apresentação de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA1

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA

VARIÁVEIS

DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA POR CLASSE

GRÁFICOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

MEDIDAS DE POSIÇÃO

MÉDIA

MEDIANA

MODA

SEPARATRIZES

AULA 3

INTRODUÇÃO

MEDIDAS DE DISPERSÃO

AMPLITUDE TOTAL

DESVIO MÉDIO

VARIÂNCIA
DESVIO PADRÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
PROBABILIDADE
EVENTOS EXCLUSIVOS
EVENTOS NÃO EXCLUSIVOS
PROBABILIDADE CONDICIONAL
REGRA DA MULTIPLICAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO
DISTRIBUIÇÃO BINOMIAL
DISTRIBUIÇÃO DE POISSON
DISTRIBUIÇÃO NORMAL
INTERVALO DE CONFIANÇA
TESTE DE HIPÓTESES

AULA 6

INTRODUÇÃO
CORRELAÇÃO
COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON
REGRESSÃO
REGRESSÃO LINEAR
REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

BIBLIOGRAFIAS

- ESTAT_WP. A importância da estatística em diferentes campos. Consultoria Estatística. Disponível em: <http://www.estatconsultoria.org/2017/06/14/a-importancia-da-estatistica-em-diferentes-campo/>.
- PROFESSOR GURU. Exemplo de histograma e polígono de frequências. Disponível em: <http://professorguru.com.br/estatistica/gr%C3%A1ficos%20estat%C3%ADsticos/exemplo%20de%20histograma%20e%20pol%C3%ADgono%20de%20frequ%C3%Aancias.html>.
- RAMOS, R. Por que estatística é tão importante? Estatístico. Disponível em: <https://oestatistico.com.br/por-que-estatistica-importante/>.

DISCIPLINA:

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RESUMO

Com este material, pretendemos a assimilação de temáticas-chave de nossos estudos. Nesta aula, especificamente, queremos que sejam capazes de compreender a importância da estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis e as demonstrações e informações contábeis obrigatórias e não obrigatórias. De igual modo, trataremos sobre a diferenciação entre medidas GAAP e não GAAP, e o método empregado para realização da ADC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ESTRUTURA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NÃO OBRIGATÓRIAS
MEDIDAS GAAP E NON-GAAP
MÉTODO DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AULA 2

ANÁLISE VERTICAL
ANÁLISE HORIZONTAL
ÍNDICES DE LIQUIDEZ
ÍNDICES DE ESTRUTURA PATRIMONIAL
GERAÇÃO DE VALOR AO AÇIONISTA

AULA 3

ÍNDICES DE ATIVIDADES – PRAZOS MÉDIOS DE ESTOCAGEM
ÍNDICES DE ATIVIDADES
AVALIAÇÃO DE CICLOS OPERACIONAIS
ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO
EFEITO TESOURA E OVERTRADE

AULA 4

ÍNDICES DE RENTABILIDADE: GIRO DO ATIVO E MARGEM LÍQUIDA
ÍNDICES DE RENTABILIDADE OU RETORNO DO ATIVO (ROA OU ROI)
ÍNDICES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU RETORNO DO CAPITAL PRÓPRIO (ROE)
EBITDA (EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION)
EVA® – ECONOMIC VALUE ADDED

AULA 5

ALAVANCAGEM FINANCEIRA (GAF)
ALAVANCAGEM OPERACIONAL
ALAVANCAGEM TOTAL
PONTO DE EQUILÍBRIO
ANÁLISE DE RENTABILIDADE PELO MODELO DUPONT

AULA 6

MODELOS DE PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA
ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
CONCEITOS E NORMATIVOS DE PARECER DAS ANÁLISES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm.
- ALVES, A.; LAFFIN, N. H. F. Análise das contas financeiras. Grupo A, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027428/>.

- MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. Análise didática das demonstrações contábeis. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

DISCIPLINA: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS
RESUMO
Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO ATOS ADMINISTRATIVOS PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO PODERES ADMINISTRATIVOS CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
AULA 2 INTRODUÇÃO PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO MODALIDADES DA LICITAÇÃO EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO
AULA 3 INTRODUÇÃO CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS TIPOS DE CONTRATO CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL
AULA 4 INTRODUÇÃO O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
AULA 5 INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014

CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À GESTÃO
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- BRASIL. Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm.

DISCIPLINA:

PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM

RESUMO

O estudo da Perícia contábil no Brasil vem desde 1928, com a primeira definição dada por Santos: o exame feito na contabilização de uma administração com o fim de determinar a regularidade ou irregularidade, ou a situação dos fatos ou somente de certos atos que à mesma administração se preendem. A perícia pode se estender ao estudo dos serviços contábeis afim de dar-lhes organização ou aconselhar reformas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

FUNDAMENTOS DA PERÍCIA CONTÁBIL

DIFERENÇAS ENTRE PERÍCIA E AUDITORIA

ASPECTOS PROFISSIONAIS

ASPECTOS TÉCNICOS E DOUTRINÁRIOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

NBC TP 01 – PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DA PERÍCIA

NBC TP 01: PLANEJAMENTO

NBC PP 01: NORMAS RELATIVAS AO PROFISSIONAL

NBC PP 01: RESPONSABILIDADES

AULA 3

INTRODUÇÃO

PERÍCIA ARBITRAL

HONORÁRIOS DO PERITO

JUSTIÇA GRATUITA

MERCADO DE TRABALHO

AULA 4

INTRODUÇÃO

QUESITOS

PERITO CONTADOR-ASSISTENTE

PROVA PERICIAL

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

SEGUNDA PERÍCIA, DISPENSA E ANTECIPAÇÃO DA PROVA PERICIAL CONTÁBIL

PARECER TÉCNICO

PERÍCIA CONTÁBIL NA JUSTIÇA DO TRABALHO

ESTUDO DE CASO - PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA

AULA 6

INTRODUÇÃO

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

FRAUDE E ERRO

CASOS DE APLICAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL E SUGESTÃO DE QUESITOS

PERÍCIA NA CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIAS

- ANTUNES, J. Parecer pericial divergente sobre lauda pericial contábil incompleto e inconcluso. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4102557/mod_resource/content/1/EAC401%20Aula05%20Metodologia%20Pericia.pdf.
- _____. Resoluções n. 1.243 e 1.244. NBC TP 01 e NBC PP 01. Brasília, 2009.
- HOOG, W. A. Z. Diferença entre auditoria e perícia contábil. Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/revista/revista133/diferenca.htm>.
- MAHLE METAL LEVE S.A. Demonstrações financeiras. 2016. Disponível em: <http://ri.mahle.com.br/pt/documentos/943-MML-DEF-2015.pdf>.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

RESUMO

Esta disciplina abrange o estudo sobre planejamento tributário, no qual são utilizadas as normas legais e os conhecimentos contábeis como base para o estudo. Ela visa a proporcionar um contato mais aprofundado com a legislação vigente e demonstrar como a contabilidade pode ser uma ferramenta para o benefício da sociedade. Competências: Entender como funciona o Planejamento Tributário; Habilidades: Conhecer a base teórica e aplicá-la na elaboração do planejamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

ELISÃO FISCAL VERSUS EVASÃO FISCAL; TIPOS DE ELISÃO, ABUSO DE FORMA

ESTADO VERSUS CONTRIBUINTE

O DIREITO DO CONTRIBUINTE DE PAGAR SOMENTE O TRIBUTO DEVIDO

FINALIDADE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO; PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO

OBRIGAÇÃO

AULA 2

A CONTABILIDADE COMO BASE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
INTERPRETAÇÃO DA LC Nº 104/2001
ABUSOS DA RECEITA FEDERAL
COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
FORMAS DE SONEGAÇÃO FISCAL

AULA 3

REGIMES DE TRIBUTAÇÃO: CONCEITOS BÁSICOS
LUCRO REAL: TÓPICOS ELEMENTARES
LUCRO PRESUMIDO: TÓPICOS ELEMENTARES
LUCRO ARBITRADO: TÓPICOS ELEMENTARES
SIMPLES: TÓPICOS ELEMENTARES

AULA 4

CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO
COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
INCORPORAÇÃO E ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS PELA INCORPORADORA
CISÃO SEM APURAÇÃO DE GANHO DE CAPITAL
PARTICIPAÇÃO EXTINTA EM CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO

AULA 5

TÓPICOS ESPECÍFICOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: OPERAÇÕES DE VENDAS
NA INTERNET
NEUTRALIDADE FISCAL
BRINDES OU BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS
GASTOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL
POSTERGAÇÃO DE FATURAMENTO

AULA 6

RENDIMENTOS DOS SÓCIOS E SUA TRIBUTAÇÃO
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
GANHOS DE CAPITAL
PREVIDÊNCIA PRIVADA
LIVRO CAIXA

BIBLIOGRAFIAS

- ALVES, V. Planejamento tributário (elisão fiscal). Jusbrasil, 2014. Disponível em: <https://valdivinodesousa.jusbrasil.com.br/artigos/121944135/planejamento-tributario-elisao-fiscal>.
- BANDEIRA DO Ó, Maria da C. Diferenças entre imunidade, isenção e não incidência tributária. Conteúdo jurídico, 2016. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,diferencas-entre-imunidade-isencao-e-nao-incidencia-tributaria,56460.html>.
- LIMA, B. L. L. Evasão Fiscal. Prática Contábil. Disponível em: <http://www.praticacontabil.com/contadorperito/Bruno.pdf>.

DISCIPLINA: GESTÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
RESUMO
Independentemente da globalização da economia, a crescente necessidade de sustentabilidade dos negócios nos leva a considerar o processo de gestão, controle e racionalização de custos como um fator determinante de sucesso, em termos de gerenciamento dos negócios em quaisquer segmentos, não importa o tamanho, o setor ou a localização. A concorrência crescente e cada vez mais próxima também influencia as decisões, pois na atual conjuntura não há distância nem segmento que preserve reserva de mercado ou monopólio de forma geral, o que implica dizer que a racionalização dos custos nos processos produtivos, na qualidade e na melhoria contínua implica necessidades básicas para a sobrevivência das empresas no mercado. Isso posto, podemos afirmar categoricamente que a gestão e a racionalização ordenada dos custos é crucial para que as organizações atinjam os resultados prospectados e necessários à sua sustentabilidade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONTEXTO GERAL DA CONTABILIDADE DE CUSTOS ABORDAGEM CONCEITUAL DE GASTOS ABORDAGEM CONCEITUAL DE INVESTIMENTOS ABORDAGEM CONCEITUAL DE CUSTOS ABORDAGEM CONCEITUAL DE DESPESAS
AULA 2 CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS FIXOS E CUSTOS VARIÁVEIS CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS DIRETOS E CUSTOS INDIRETOS CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS HÍBRIDOS CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS FIXAS E DESPESAS VARIÁVEIS CLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS, COMERCIAIS E FINANCEIRAS
AULA 3 CONTROLE E AVALIAÇÃO DE ESTOQUES MÉTODO PEPS (PRIMEIRO QUE ENTRA, PRIMEIRO QUE SAI) MÉTODO UEPS (ÚLTIMO QUE ENTRA, PRIMEIRO QUE SAI) MÉTODO DO CUSTO MÉDIO PONDERADO (MÓVEL E FIXO) CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS
AULA 4 SISTEMA DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO CUSTEIO VARIÁVEL CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC – ACTIVITY-BASED COSTING) CUSTEIO-PADRÃO CUSTEIO EM EMPRESAS COMERCIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS
AULA 5 RELAÇÃO CUSTO/VOLUME/LUCRO MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO PONTOS DE EQUILÍBRIO: CONTÁBIL, ECONÔMICO E FINANCEIRO ESTRUTURA DE CUSTOS

ALAVANCAGEM OPERACIONAL

AULA 6

FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA: VARIÁVEIS DE INFLUÊNCIA
ABORDAGEM DO ESTABELECIMENTO DO PREÇO
O MARKUP E SEU CÁLCULO
O PREÇO DE VENDA À VISTA
O PREÇO DE VENDA A PRAZO

BIBLIOGRAFIAS

- MARTINS, E. Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 2010.
- SCHIER, C. U. C. Gestão prática de custos. Curitiba: Juruá, 2004.

DISCIPLINA:

PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)

RESUMO

Atualmente, vemos que a sociedade está cada vez mais ávida por conhecer como funciona a estrutura pública que dá sustentação ao Estado; em outras palavras, a população passa a compreender que seu papel vai além do processo eleitoral, devendo estar presente no dia a dia da gestão pública. Quando se trata de estrutura pública, ela é composta por formas pelas quais a administração pública se organiza para cumprir seu dever, que é prover o melhor atendimento à população. Nessa organização, temos a divisão das responsabilidades e como as atividades serão distribuídas entre todas as unidades da gestão pública. Por exemplo, temos como organização dos serviços do Estado a administração pública direta, aquela prestada diretamente pelo Poder Público, em todas as suas instâncias, enquanto a indireta é prestada por empresas de personalidade jurídica instituídas pelo Poder Público para prestar esses serviços, como autarquias, fundações, empresas públicas, empresas de sociedade mista.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O QUE É ACCOUNTABILITY
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA
ESTUDO DE CASO: O NEPOTISMO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 2

INTRODUÇÃO
ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA
ACCOUNTABILITY E OS DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PRIVADA
ESTUDO DE CASO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

INTRODUÇÃO
ACCOUNTABILITY VERTICAL
ACCOUNTABILITY SOCIAL (SOCIETAL)
RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA
ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 4

INTRODUÇÃO

MECANISMOS E TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS PARA ACCOUNTABILITY

PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA

RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AULA 5

INTRODUÇÃO

DIFERENÇA ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA

OBJETIVOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

PRÁTICAS: LANÇAMENTOS EM BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA PREFEITURA

AULA 6

INTRODUÇÃO

OBJECTIVE AND KEY-RESULTS (OKR)

KPIS DE ACCOUNTABILITY

CULTURA E RESPONSABILIDADE DE ACCOUNTABILITY

PRÁTICAS: OKRS VOLTADOS PARA A GESTÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA DE UMA PREFEITURA

BIBLIOGRAFIAS

- ALPERSTEDT, H. D. Os 5 princípios da administração pública! Politize!, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/principios-administracao-publica/>.
- ALVES, E. B. Accountability e transparência pública: uma proposta para a gestão pública de excelência. Curitiba: InterSaberes, 2021a.
- ALVES, E. B. Accountability tem a ver com cuidar do próximo. 2021.

DISCIPLINA:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

É bem conhecida a expressão de que os recursos (financeiros, materiais, tecnológicos) são escassos, mas as necessidades humanas são ilimitadas, daí ser impossível atender a todas as demandas de uma sociedade. Por isso, é preciso planejar todos os gastos, fazendo um orçamento e determinando as prioridades a serem alcançadas. Mas, para que fazemos um orçamento? Quando queremos estimar o custo de algo, costumamos levantar tudo o que será necessário para que ele se efetive. Precisamos ter disciplina, organização e equilíbrio nos gastos a fim de que um orçamento não fique aquém das expectativas. No setor público, a disciplina fiscal e a busca do equilíbrio entre receitas e despesas constituem elementos essenciais à saúde financeira do Estado. Isso possibilita a prestação de serviços públicos de qualidade, mantém o poder aquisitivo da moeda e um ambiente de negócios que traga crescimento e desenvolvimento econômico. E como isso se fundamenta no setor público? É o que veremos a partir de agora.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CAMPO DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O FUNCIONAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÕES DO ESTADO E SUAS ATRIBUIÇÕES NA ERA CONTEMPORÂNEA

FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO NA ERA CONTEMPORÂNEA

CASE: O PLANO REAL E A ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA

AULA 2

INTRODUÇÃO

MODALIDADES ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO PROGRAMA

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

CASE: AVALIAÇÃO DE RESULTADOS EM UMA AÇÃO GOVERNAMENTAL

AULA 3

INTRODUÇÃO

PLANO PLURIANUAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

CASE: EMENDA PARLAMENTAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ATENDIMENTO DAS PRIORIDADES SOCIAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO

RECEITAS CORRENTES

RECEITAS DE CAPITAL

ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA

CASE: RECEITAS PÚBLICAS E A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

AULA 5

INTRODUÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM A CATEGORIA ECONÔMICA

ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

CASE – PUNIÇÃO APLICADA POR NÃO RESPEITAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A CONSTITUIÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI

CONTROLE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

CONTROLE EXTERNO

CASE: CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO PARA CONSTRUIR UM PAÍS MELHOR

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- _____. Ministério da Economia. Orçamento público. [S.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento>.
- _____. Portal da Transparência. Servidores e pensionistas. 2021b. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/origem-dos-dados>.